



**III CIFA**  
COLÓQUIO INTERNACIONAL  
FEMINISMO E AGROECOLOGIA:  
TRABALHO, CUIDADO E BENS COMUNS

## **MULHERES DO MANGUE E DA RESTINGA: RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE AS MARISQUEIRAS E CATADORAS DE MANGABA DO MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA, LITORAL SUL DE SERGIPE, BRASIL<sup>1</sup>**

**TAVARES, Ráira Pereira<sup>2</sup>; PEREIRA, Mônica Cox de Britto<sup>3</sup>**

<sup>2</sup> Graduanda em geografia, UFPE, Recife, Pernambuco, e-mail: [raira\\_92@hotmail.com](mailto:raira_92@hotmail.com)

<sup>3</sup> Professora UFPE/PPGEO, e-mail: [monicacoxbp@gmail.com](mailto:monicacoxbp@gmail.com)

### **RESUMO**

Este relato de experiência faz um debate acerca das mulheres marisqueiras e catadoras de mangaba do litoral sul do estado de Sergipe, abarcadas por projetos patrocinados pela Petrobras para que a empresa consiga a obtenção de licenciamento ambiental. Também discorre sobre a relação dessas mulheres com o mangue, a restinga e os impactos socioambientais nessa região. A metodologia esteve embasada na visita aos seus territórios e rodas de diálogo. É predominante a participação das mulheres na coleta da mangaba e na pesca do marisco, elas são protagonistas desde a coleta e pesca, passando pelo beneficiamento, até a comercialização dos alimentos. Seus trabalhos resultam em uma parcela significativa da renda familiar, muitas vezes complementada com o trabalho doméstico em casas de veraneio nos condomínios que começam a aparecer fortemente na região. Do mesmo jeito que esses são “uma oportunidade de renda”, também prejudicam os trabalhos na restinga e no mangue.

**PALAVRAS-CHAVE:** extrativismo, trabalho feminino, pesca, ancestralidade, agroecologia

### **INTRODUÇÃO**

O Estado de Sergipe tem uma linha de costa que se estende por cerca de 150 km desde a foz do rio Real, ao sul, até a foz do rio São Francisco, ao norte. Esse território costeiro é caracterizado por: faixa litorânea, zona de restinga, zona de manguezal e região costeira como um todo, que abarca toda essa complexidade ambiental. Todos esses segmentos geográficos sofrem pressão petrolífera no mar e em terra, além de outros atores e vetores do capital, como a especulação imobiliária, com os grandes condomínios, hotéis luxuosos e carcinicultura. Por consequência, uma série de mudanças socioambientais vêm acontecendo na região, como a contaminação da água, a destruição da restinga e a exaustão dos manguezais, o que afeta a sociobiodiversidade e as comunidades tradicionais do entorno que tem fortes evidências ancestrais, visto que são descendentes de indígenas e afrodescendentes que há séculos cultivam a vida a partir da pesca, agricultura e extrativismo. Essas mudanças estão afetando principalmente as mulheres da região, que resistem e buscam sobreviver da coleta da mangaba e da pesca do marisco, um trabalho muitas vezes não reconhecido e visto como complementar.

Emma Siliprandi (2000) discorre que com a quebra das relações tradicionais oriundas da monocultura, as mulheres perderam o acesso à terra, a água e as florestas, passando a ter menos renda, ficando cada vez mais vulneráveis. Em Sergipe elas são mulheres negras e pobres, e por vezes, mães, que estão perdendo o território tradicional, e, com isso, estão construindo movimentos sociais de resistência ao

---

<sup>1</sup> Trabalho curricular vinculado ao Núcleo de Estudo, Pesquisas e Práticas em Agroecologia e Geografia (NEPPAG AYNI) da UFPE



## III CIFA

COLÓQUIO INTERNACIONAL  
FEMINISMO E AGROECOLOGIA:  
TRABALHO, CUIDADO E BENS COMUNS

patriarcado e ao capital empresarial. É preciso reconhecer que existe uma parcela de pessoas, sobretudo mulheres, que estão na luta para usar o mangue e a restinga de forma sustentável e que não querem esse modelo econômico de desenvolvimento destrutivo e monocultor.

O objetivo desse trabalho é colaborar ao visibilizar e vocalizar a luta das mulheres catadoras de mangaba e mariscos do litoral sul sergipano em territórios de uso comum que vêm sendo apropriados e, com isso, os direitos negados.

### **METODOLOGIA**

Trata-se de um estudo descritivo, um relato de experiência, sobre a vivência em uma atividade de campo da disciplina *Relações Sociedade e Natureza: interação cultura-natureza e perspectivas da agroecologia*, do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGeo) da UFPE, ministrada pela professora Mônica Cox e pela professora convidada Lucy Romero da Universidad de La Frontera (Chile). Essa prática aconteceu em parceria com o Núcleo de Estudo, Pesquisas e Práticas em Agroecologia e Geografia (NEPPAG AYNI) / UFPE, o qual estou inserida como colaboradora desde o ano de 2018 é coordenado pela professora Mônica. Na primeira etapa (13 de dezembro de 2018), a atividade aconteceu na Universidade Federal de Sergipe, campus São Cristóvão, com a apresentação do *Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras (PEAC)*, dos projetos *Catadoras de Mangaba, Gerando Renda e Tecendo Vida em Sergipe, Organização e fortalecimento sociopolítico das marisqueiras de Sergipe* e seus/suas colaboradores/as, que estiveram presentes conosco posteriormente durante o campo. Nos dias 14 e 15 de dezembro de 2018, fomos ao litoral sul do estado, município de Estância e Indiaroba, a 106Km da capital pela rodovia SE-100. Nesse período, conhecemos as mulheres<sup>2</sup> abarcadas por esses projetos patrocinados pela Petrobrás. Na proposta da disciplina, foram três dias de trabalho de campo, como rodas de conversas entre os/as alunos/as, colaboradores/as do projeto, as professoras e as marisqueiras/mangabeiras na Pousada do Padre (figura 1); e no mangue e na restinga, vivenciando a realidade em conjunto com as mulheres. Foram três dias de trocas intensas, cujos dados apresentados nesse trabalho são frutos dessa experiência.

Figura 1. Roda de diálogo com as marisqueiras do Movimento de Marisqueiras de Sergipe (MMS)

---

<sup>2</sup> As mulheres que nos receberam se reconhecem trabalhadoras, marisqueiras e catadoras de mangabas com muito orgulho.



### III CIFA

COLÓQUIO INTERNACIONAL  
FEMINISMO E AGROECOLOGIA:  
TRABALHO, CUIDADO E BENS COMUNS



Fonte: Gege (2018)

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

### Conhecendo o Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras - PEAC (13/12/2018)

O PEAC é um convênio entre a Universidade Federal de Sergipe e a Petrobras, administrado pela Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão de Sergipe (Fapese/UFS). O programa está no marco do licenciamento ambiental federal<sup>3</sup> para exploração de petróleo e gás na bacia Sergipe/Alagoas e abrange 95 comunidades tradicionais de toda a costa sergipana, é uma exigência legal ao empreendedor de petróleo (no caso, Petrobras) fazer um trabalho de educação ambiental crítica junto a comunidades que são as potenciais atingidas por impactos dessa indústria:

A educação ambiental no licenciamento busca trazer para os espaços decisórios e de produção de conhecimento os diversos atores sociais afetados pelos impactos ambientais. Para tanto, estabelece processos formativos, de capacitação, organização e mobilização social, para que seja possível a este público atuar como sujeitos críticos da realidade socioambiental (desigual e expropriadora no capitalismo) e em sua transformação. (OLIVEIRA, et al., 2015, p.5)

Segundo o professor Eraldo da Silva Ramos Filho, coordenador do projeto, o “PEAC é uma obrigação do empreendedor, ele prepara a comunidade para poder reagir e se proteger dessa indústria de extração de combustível fóssil<sup>4</sup> e de outros assédios do grande capital, ficando a cargo do IBAMA reger, acompanhar, monitorar e fiscalizar o programa” (2018). Mesmo sendo financiado pela Petrobras, o professor também esclareceu que a universidade possui sua autonomia de construção do conhecimento e implementação. Atualmente, o plano trabalhado com as comunidades se faz a partir de quatro projetos: o

<sup>3</sup>O licenciamento ambiental é o procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental autoriza a localização, instalação, ampliação e operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental. (MMA, 2013)

<sup>4</sup>A exploração na plataforma continental teve início na sub-bacia de Sergipe no final da década de 60, quando ocorreu a primeira descoberta comercial de óleo em toda a margem continental brasileira. Até junho de 2015 foram perfurados 5.652 poços (4.722 na Sub-bacia de Sergipe e 930 na Sub-bacia de Alagoas) sendo 1.154 poços exploratórios, (788 em Sergipe e 366 em Alagoas) e 4.498 poços de desenvolvimento (3.934 em Sergipe e 564 em Alagoas). (Haeser, 2015)



### III CIFA

COLÓQUIO INTERNACIONAL  
FEMINISMO E AGROECOLOGIA:  
TRABALHO, CUIDADO E BENS COMUNS

principal deles é o *Conselho Gestor*, responsável por monitorar as ações da Petrobras na região; o segundo é o *Observatório Social dos Royalties (OSR)*, encarregado de pressionar para que os recursos que vêm da exploração do petróleo sejam aplicados em conformidade com as necessidades das comunidades; o terceiro é o *Elaboração de Planos de Gerenciamento Costeiro* para que o zoneamento do litoral seja justo e não prejudique as comunidades tradicionais; e o último projeto é o *Organização e fortalecimento sociopolítico das marisqueiras de Sergipe*, que se trata de uma assessoria para organização política das mulheres marisqueiras.

O projeto *Organização e fortalecimento sociopolítico das marisqueiras de Sergipe* abrange quatorze comunidades costeiras do litoral de Sergipe. Para além das demandas da Petrobras, ele começou em 2010 com a missão de formar o conselho gestor do litoral, e paralelo a isso identificar o sujeito marisqueira, criar instrumentos para o reconhecimento dos seus trabalhos e seus contextos, pois essa era uma categoria não reconhecida na comunidade, marcada pela precariedade do trabalho e pela violência de gênero. Segundo Sirley Ferreira, uma das integrantes da equipe do Peac/UFS, a princípio foram escolhidos três municípios do estado<sup>5</sup> para desenvolver o piloto, após a obtenção dos resultados, eles estimularam um processo de “grupalização” nessas comunidades. Para a equipe, a “grupalização” é a devolutiva dos dados da pesquisa à comunidade, podendo, assim, provocar a formação de grupos, nesse contexto grupo de mulheres, fazendo com que elas passem a dialogar entre si, se enxerguem como categoria trabalhista e sujeitas políticas na região. Como primeiro resultado expressivo, veio a fundação da Associação de Mulheres Marisqueiras de Porto do Mato/SE e a reativação da Associação de Mulheres Pescadoras de Pirambu/SE. Após essa articulação, de 2013 a 2016, também junto ao PEAC, elas, enquanto grupo que está se consolidando, construíram três encontros regionais de marisqueiras, resultando na construção do Movimento de Marisqueiras de Sergipe (MMS). A partir desse momento, as mulheres passaram a dialogar entre si em âmbito estadual e nacional. Em novembro de 2017, elas foram à Brasília, enquanto MMS, participar do “Grito para a Pesca Artesanal”, junto a **quintetos** pescadores e pescadoras artesanais de todo o Brasil. Ocuparam o Ministério do Planejamento e protestaram contra a desestruturação das políticas de pesca no país. Formar espaços para o diálogo entre mulheres é um instrumento amplamente usado em vários setores políticos da sociedade, Betto e Piccin (2017) em seu artigo, descrevem o processo de formação do Movimento de Mulheres Camponesas de Santa Catarina, semelhante à formação do MMS:

[...] é possível perceber que por se sentirem pouco ouvidas e com ideias não reconhecidas, passaram a construir um movimento específico de mulheres como forma de ter maior aproximação com a política. Nesse sentido, se percebe que as ações de mobilização inicial influenciadas pela Igreja, ao propor espaços em que as mulheres conversem entre si, troquem experiências e identifiquem o

<sup>5</sup> Os municípios escolhidos foram: Pirambu, parte norte, Apicum, região metropolitana de Aracaju e Porto do Mato, parte sul do estado.



**III CIFA**  
COLÓQUIO INTERNACIONAL  
FEMINISMO E AGROECOLOGIA:  
TRABALHO, CUIDADO E BENS COMUNS

que há de comum entre elas, se sentindo à vontade para tanto e que elas se sintam ouvidas umas pelas outras, tomou forma de uma estratégia de aproximação das mulheres com a política, a qual acabou incentivando a criação de um movimento de mulheres. (BETTO, PICCIN, 2017, p. 213)

### **Encontro e Roda de Diálogo com as Mulheres Marisqueiras do MMS/SE na Comunidade Porto do Mato/ Estância-SE (13/12/2018)**

A profissão marisqueira resiste ao tempo, as técnicas foram passadas de mãe para filha como um trabalho ancestral, as sete trabalhadoras que conhecemos relataram que aprenderam a mariscar com as avós ou mães e que desde criança estavam dentro do mangue, ou catando frutas. Jeane, marisqueira do MMS também falou um pouco de como surgiu o grupo e seu papel, reforçando a importância da ideia de “grupalização”: “O movimento surgiu da necessidade, quando as marisqueiras começaram a perceber a importância de se trabalhar no coletivo, entendemos que é mais fácil superarmos os problemas juntas, todas se ajudam no trabalho e na vida” (2018). Essas necessidades estão atreladas às ameaças do capital e à violência, há alguns anos a carcinicultura<sup>6</sup> vem degradando seus locais de trabalho, destruindo a floresta da restinga e do mangue, matando os peixes, envenenando a água e restringido o acesso ao mangue e à restinga. Elas nos relataram que a diminuição do pescado é clara, quando eram mais novas levavam duas horas no mangue para conseguir quatro quilos de marisco, hoje passam o dia todo e às vezes não conseguem um quilo. Como alternativa para a complementação de renda, várias dessas mulheres fazem artesanato, catam mangaba para beneficiamento, vendem o fruto *in natura* nas feiras, bem como são obrigadas a trabalhar em casas de família no verão como empregadas domésticas, dentro do próprio território ou em outros municípios. A violência de gênero está bastante presente, uma das marisqueiras do MMS precisou fugir e se abrigar em Aracaju porque sofria violência doméstica<sup>7</sup> e era ameaçada pelo marido, na capital ela trabalha como empregada doméstica e desde então não pescou mais. Outra marisqueira relatou que desde criança apanhava dos pais, eles tinham uma forte relação com o álcool e as violências geralmente aconteciam quando eles estavam embriagados.

Um outro assunto citado foi o da precarização do trabalho dentro do mangue, Jeane nos disse que:

Existe uma série de perigos dentro da água enquanto marisqueira e enquanto mulher, é um trabalho que estamos mais expostas, exposição do nosso corpo na lama e nas águas aquecidas pelo sol de 30 graus de Sergipe. Passamos mais tempo dentro do mangue do que antigamente, desenvolvemos doenças de mulher, problemas nas articulações, inflamações nos ossos, tem companheiras cegas porque se machucaram com os galhos, uma outra companheira morreu

<sup>6</sup> A carcinicultura é um ramo da aquicultura que está relacionada à criação de camarões em tanques produtores escavados, geralmente em ecossistemas estuarinos (MELLO, 2007)

<sup>7</sup> O estado de Sergipe registra anualmente cerca de 2.800 denúncias de violência contra a mulher em Sergipe. Desse total, cerca de 1.200 se transforma em inquérito policial. (G1 SE, 2017)



### III CIFA

COLÓQUIO INTERNACIONAL  
FEMINISMO E AGROECOLOGIA:  
TRABALHO, CUIDADO E BENS COMUNS

atacada por abelhas, podemos ser mordidas por cobras, feridas por peixes, corremos o risco de encontrar com pessoas de má fé e fazer o mal porque somos mulheres sozinhas, tem uma companheira que foi esfaqueada dentro do mangue por um homem (2018).

Além de passarem o dia todo na água sob o sol forte, ao chegarem em casa elas precisam beneficiar o pescado, cuidar dos filhos e dos trabalhos domésticos. Transtornos psicológicos também são comuns entre as integrantes, elas relataram casos de depressão e de tentativa de suicídio. Além da situação trabalhista, as relações familiares estão mudando. Elienaide, outra marisqueira do grupo, nos contou que o álcool e as drogas ilícitas estão cada vez mais presentes na comunidade, onde as maiores vítimas são os jovens, filhos dessas mulheres.

Enquanto grupo (MMS), elas estão trabalhando para padronizar os preços do pescado, extinguir o atravessador e criar uma cooperativa para beneficiar a mangaba, o coco e o marisco. Em paralelo, está acontecendo um diálogo junto com a gestão pública de Indiaroba para incluir o marisco no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)<sup>8</sup>, a primeira tentativa de inclusão foi negada porque a nutricionista alegou perigo de alergia nas crianças, enquanto MMS elas estão estudando para derrubar essa justificativa.

Ficou claro, durante toda a conversa, a satisfação que elas sentem de o grupo ser apenas de mulheres, Elienaide fala que “quando o movimento é organizado por mulheres a coisa flui melhor, as mulheres têm uma maneira de pensar mais na mulher. Eu também faço parte de um outro movimento que é liderado por um homem e eu não me sinto à vontade como eu me sinto com o MMS, quando uma chora, choram todas juntas. Sem o movimento eu não sou ninguém, ele me tirou do fundo do poço” (2018).

Figura 2. Instrumentos de trabalho das marisqueiras do Movimento de Marisqueiras de Sergipe (MMS)



Fonte: Raira Tavares (2018).

<sup>8</sup>O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) oferece alimentação escolar e ações de educação alimentar e nutricional a estudantes de todas as etapas da educação básica pública. O governo federal repassa, a estados, municípios e escolas federais, valores financeiros de caráter suplementar efetuados em 10 parcelas mensais (de fevereiro a novembro) para a cobertura de 200 dias letivos, conforme o número de matriculados em cada rede de ensino. (FNDE, 2019)



### III CIFA COLÓQUIO INTERNACIONAL FEMINISMO E AGROECOLOGIA: TRABALHO, CUIDADO E BENS COMUNS

#### **Conhecendo o Território e Trocando Experiências com as Mangabeiras na Comunidade de Ribuleirinha/SE e Manoel Dias/SE (14 e 15/12/2018)**

Em 2010, a professora Sônia Meire, da Universidade Federal de Sergipe (UFS), reuniu um grupo técnico, construiu um projeto intitulado *Catadoras de Mangaba, Gerando Renda e Tecendo Vida em Sergipe I e II*, e submeteu ao edital da Petrobras - *Programa Petrobras Socioambiental*. Ao ser aprovado, dentre outros cinco mil no Brasil inteiro, começou um trabalho em parceria com a UFS, em sete municípios (Japoatã, Estância, Indiaroba, Barra dos Coqueiros, Pirambu, Japarutuba e Itaporanga D'Ajuda) do litoral do estado. Com o surgimento do *Catadoras de Mangaba, Gerando Renda e Tecendo Vida em Sergipe*, as catadoras e marisqueiras participaram de oficinas de beneficiamento da mangaba, formações em agroecologia, em tecnologia social e na sua organização enquanto “grupalização”. Segundo Sonia Meire, no filme produzido pelo projeto, o principal objetivo desse trabalho “é organizar as mulheres entorno da luta pela terra, pela questão das águas e pela construção permanente de uma resistência na defesa da cultura e do trabalho feito basicamente por mulheres negras”.

O segundo e o terceiro grupos de mulheres que fomos conhecer são de duas associações que foram assistidas por esse outro projeto da Petrobras, são respectivamente: *Catadoras de Mangaba de Ribuleirinha* e *Catadoras de Mangaba de Manuel Dias*, localizadas em Estancia/SE.

Os grupos surgiram em 2006 com um projeto da UFS junto a EMBRAPA<sup>9</sup>, nessa época, as mulheres extraíam mangaba<sup>10</sup> e as vendiam *in natura* nas feiras ou para os atravessadores e não se viam como uma categoria de trabalho. Com esses dados, a EMBRAPA e a UFS passaram a trabalhar o beneficiamento da mangaba e de outros frutos da restinga com as extrativistas. Em 2010, o projeto *Catadoras de Mangaba, Gerando Renda e Tecendo Vida em Sergipe* chega para promover o diálogo entre os diversos grupos e associações de mangabeiras de Sergipe, geração de renda e fortalecimento cultural. Hoje, elas têm uma cozinha industrial – nas duas associações – e beneficiam todos os frutos da restinga, murici, araçá, cambuí e mangaba, fazem bolos, biscoitos, licores, doces, vendem os frutos secos desidratados no secador solar e as mudas, criaram uma marca e padronizaram os rótulos dos produtos. Relatam com satisfação que agora é o momento que estão aprendendo, elas mesmas, a coordenarem suas ações e atividades, sem o apoio de um projeto. Tainara nos disse que “o movimento trouxe a diversidade, o que podemos fazer com a mangaba estamos fazendo, se um atravessador chegar aqui querendo comprar um balde de mangaba por cinco reais nós não vendemos, podemos fazer muita coisa com ela” (2018).

O beneficiamento é coletivo e a coleta é individual, ocorrendo nos quintais ou em áreas de uso comuns de restinga. Tainara nos explicou um pouco do processo enquanto associação: “quando pegamos

<sup>9</sup> A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) foi criada em 26 de abril de 1973 e é vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). Desde a nossa criação, assumimos um desafio: desenvolver, em conjunto com nossos parceiros do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária (SNPA), um modelo de agricultura e pecuária tropical genuinamente brasileiro, superando as barreiras que limitavam a produção de alimentos, fibras e energia no nosso País. (EMBRAPA, 2019)

<sup>10</sup> Destaco que, assim como o trabalho no marisco, a cata da mangaba é um trabalho ancestral e feminino feito por mulheres negras.



### III CIFA

COLÓQUIO INTERNACIONAL  
FEMINISMO E AGROECOLOGIA:  
TRABALHO, CUIDADO E BENS COMUNS

uma encomenda de quinhentos quilos de polpa, por exemplo, cada uma traz um pouco e juntas beneficiamos e dividimos o dinheiro” (2018). Elas não vivem da mangaba o ano todo, pois a árvore só dá frutos durante seis meses, os outros seis meses do ano elas estão no mangue, catando aratu, massunim e caranguejo.

A especulação imobiliária é o principal problema enfrentado por elas, os grandes condomínios de luxo cercam a restinga nos municípios de Estância e Indiaroba (foto 3), derrubam as mangabeiras e outras árvores e, aos poucos, vêm comprometendo a fonte de renda dessas mulheres. Condomínios fechados de luxo oferecem lotes a partir de quatrocentos metros quadrados, com áreas de lazer contendo lagos artificiais, centro equestre e acesso privativo ao mangue para esportes náuticos, mangue este que passa a ser cercado por um muro, impossibilitando o acesso das catadoras e marisqueiras ao seu local de trabalho e ao caminho de acesso ao mangue.

Figura 3. Parte do mangue e da restinga destruídos para a construção do condomínio fechado Belleville (Indiaroba/ SE)



Foto: Raira Tavares (2018)

Em 2002, o grupo de mulheres, junto aos homens que têm a pesca como atividade, deram início a um processo de transformar o litoral sul sergipano em Reserva Extrativista e em Termos de Autorização de Uso Sustentável (TAUS), assim, esse processo de especulação imobiliária seria barrado e o território tradicional mantido. Em 2016, o projeto estava na mesa de Dilma Rousseff, mas aconteceu o golpe e a retirada da presidenta, atrasando ainda mais o processo. No final das contas, o governo federal quer negociar para criar a reserva, abarcando apenas a área costeira e não a parte marinha, muito





## III CIFA

COLÓQUIO INTERNACIONAL  
FEMINISMO E AGROECOLOGIA:  
TRABALHO, CUIDADO E BENS COMUNS

provavelmente por causa das plataformas de Petróleo na região. Segundo Tainara, a reserva extrativista apenas com a região costeira não seria a mais adequada, pois excluiria os companheiros da pesca no mar, assim, elas resolveram enquanto movimento não aceitar a proposta e começaram o processo com o novo governo.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Integração vivenciada no litoral Sul de Sergipe foi de grande importância para o meu processo de formação enquanto geógrafa, pois permitiu a troca de conhecimentos entre a teoria acadêmica e os saberes das mulheres guerreiras do mangue e da restinga. As sujeitas, com os quais vivenciamos, não querem sair de Estancia/SE, pelo contrário, elas almejam condições dignas para si e seus familiares, para que desta forma possam permanecer na praia, na floresta, na água, no mangue. Por meio da oralidade, as marisqueiras e catadoras de mangaba receberam e recebem os saberes tradicionais, os transmitem para seus filhos e filhas e lutam para manter a tradição. Está claro que quando as mulheres se juntam elas movem o sistema, se cuidam, lutam, resistem e existem. A medida que esses dois ecossistemas vão sendo destruídos pelo capital, parte dessas mulheres estão indo junto, mas uma companheira sempre estará presente para puxar de volta a que está indo, e juntas buscam barrar esse sistema.

Elas precisam ser cada vez mais ouvidas para que mais pessoas se solidarizem com essa luta, os processos de organizações protagonizados por essas mulheres dizem justamente o contrário do sistema. Atualmente, dizer o contrário é um exercício extremamente perigoso e difícil, e quanto mais vozes e corpos se somam a essa luta, mais forte e resistente se torna.

Em 2007, as catadoras de mangabas, junto às extrativistas costeiras e marinhas, pescadores artesanais, quebradeiras de coco babaçu, entre outras categorias, foram reconhecidas como população tradicional a partir da Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), legitimando pelo Estado todo um sistema ancestral existente nessa tradição.

Por fim, quero deixar aqui escrito um trecho do hino do MMS: “sou, sou Marisqueira, rainha do mangue sou guerreira, sou, sou marisqueira, mulher de luta, batalhadeira, é o vento que me dar, é o rio é o mangue é o mar, dói o peito, rio cercado, dói o peito não ter pescado, vem mulher lute, emancipe, somos as marisqueiras de Sergipe!!”

### REFERÊNCIAS

BETTO, Janaina; PICCIN, Marcos Botton. **Movimento de Mulheres Camponesas (MMC/SC) e o percurso de sua luta feminista**. Dossier "Les féminismes en Amérique latine et dans les Caraïbes (XXe-XXIe): identités et enjeux" Féminismes pluriels. Amerika: memórias, identidades, territórios, França, v.1, 2017.

Catadoras de Mangaba em movimento. Produção de ASCAMAI. Sergipe: Laser Disc do Brasil, 2014. 26 min, 1 DVD.

HAESER, Bolívar. Bacia de Sergipe-Alagoas: **Sumário Geológico e Setores em Oferta**. Sergipe: Agência



## III CIFA

COLÓQUIO INTERNACIONAL  
FEMINISMO E AGROECOLOGIA:  
TRABALHO, CUIDADO E BENS COMUNS

Nacional DO Petróleo, Gás Natural e biocombustíveis décima terceira rodada de licitações, 2015.

MELLO, Cecília Campello do A.. **Avaliação de equidade ambiental como instrumento de modernização e democratização dos procedimentos de avaliação de impacto de projetos de desenvolvimento estudo de caso: o processo de licenciamento da carcinicultura nos estados da Bahia e do Ceará.** Rio de Janeiro: FASE – ETTERN. Jan, 2011.

MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE. **Licenciamento Ambiental**, 2013. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/governanca-ambiental/licenciamento-e-avalia%C3%A7%C3%A3o-ambiental/licenciamento-ambiental.html>>. Acesso em: 10, fevereiro de 2019.

OLIVEIRA, Ana Régia Santos. et al. **O PROCESSO FORMATIVO NA EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA: a experiência do conselho gestor do PEAC.** In: VII jornada internacional de políticas públicas, 7., 2015, São Luís. Sergipe registra cerca de 2.800 denúncias de violência contra a mulher, diz delegada. *G1 – TV SERGIPE*, Sergipe, 20 de jul. 2017.

SILIPRANDI, Emma. **Ecofeminismo: contribuições e limites para a abordagem de políticas ambientais.** Revista EMATER - Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Porto Alegre, v.1, n1, p. 61-71, jan./mar.2000.